

Proposição metodológica para análise dos diferenciais entre migrantes e nativos nas áreas metropolitanas do sudeste

OLGA MARIA SCHILD BECKER
Geógrafa do IBGE

ZULEIKA LOPES CAVALCANTI DE OLIVEIRA
Analista do IBGE

I — REFERENTES TEÓRICOS

1 — Considerações iniciais *

Partiu-se da aceitação de que as migrações internas devem ser vistas como um processo social relacionado ao processo histórico de desenvolvimento e que os padrões migratórios são condicionados pela natureza deste processo, havendo, portanto, uma relação estreita entre a estrutura econômica e os movimentos migratórios. Estes movimentos podem ser entendidos como um meio de reorganização espacial da população resultante da reorganização das atividades econômicas.¹ Neste sentido ao se focar a problemática das migrações internas deve-se ter em mente as características assumidas pelo processo de desenvolvimento levado a efeito na sociedade brasileira, que de um modelo de crescimento primário-exporta-

COLABORADORES: Francisco Teixeira Borges, Jacy Gelabert Barbosa, Luis Carlos Cabral Nery, Maria da Consolação Siqueira da Rocha.

* A presente proposta metodológica foi elaborada em função do convênio firmado entre o Ministério do Interior e o IBGE com vistas à realização da pesquisa de Migrações Internas na Região Sudeste, sob a orientação da geógrafa Elza Keller, Coordenadora do Setor de Pesquisas Populacionais.

1 SINGER, Paul — Migrações Internas: considerações básicas sobre o seu Estudo, *Economia Política da Urbanização*, CEBRAP, Ed. Brasiliense — 1973.

dor passou a um modelo de industrialização voltado para a substituição de importações. Isto levou, em linhas gerais, ao estabelecimento de disparidades regionais e à incapacidade do sistema produtivo de gerar empregos em escala considerável para possibilitar a absorção do crescimento demográfico.²

Admite-se que o fenômeno migratório deve ser inserido no quadro mais amplo de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país, principalmente a partir do processo de industrialização que acentuou os desequilíbrios regionais e o rural-urbano, provocando a intensificação da concentração populacional nos centros urbanos existentes.

Por outro lado, estes desequilíbrios podem ser considerados como o principal estímulo à emergência das correntes migratórias, na medida em que as populações residentes nas regiões menos desenvolvidas e nas áreas rurais se viam impelidas a abandonar suas áreas de origem em busca de melhores níveis de vida. Ao lado disto deve ser observado o processo gradativo de valorização crescente das atividades urbanas em detrimento das agrícolas.

Tem-se como premissa que as causas das migrações internas devem ser buscadas "na deterioração dos níveis de vida rural em comparação com os urbanos".³ Importa destacar que a desintegração da sociedade rural (provocada por fatores tais como aumento populacional excessivo ocasionado pela queda nas taxas de mortalidade e manutenção das de fecundidade, estrutura fundiária da terra e mecanização da agricultura) ao lado da busca de melhores oportunidades ocupacionais e educacionais, situam-se como fatores significativos para a decisão de migrar. Esta decisão, por sua vez, é influenciada basicamente pela percepção do migrante com relação a estas oportunidades, sendo, em última análise, condicionada pelo seu sistema cultural que é dado pelo lugar por ele ocupado na sociedade.

Com relação à população migrante supõe-se que ela se apresenta de modo bastante heterogêneo no que diz respeito às suas características socioeconômicas. Isto ocorre na medida em que os migrantes se originam de classes sociais diversas nas áreas de origem, em razão de que são condicionados por sua posição na estratificação social que, sem dúvida, funciona como determinante no processo de adaptação do migrante nas áreas de destino. Neste sentido, torna-se necessário levar em consideração a situação de classe dos migrantes ao invés de simplesmente tomá-los como uma categoria homogênea. Além disto, tem-se como pressuposto que os contingentes migratórios que saem de regiões menos desenvolvidas apresentam características médias inferiores aos dos que saem das regiões mais desenvolvidas. Por outro lado, de acordo com Everett Lee⁴, a população migrante em termos de características é intermediária entre a população da área de origem e a de destino, não constituindo-se numa amostra aleatória da população de origem.

Quanto aos postulados teóricos referentes ao lugar de origem da população migrante admite-se que os migrantes são constituídos, em sua maioria, por indivíduos provenientes não de áreas rurais, mas de centros urbanos ou semi-urbanos, não apresentando em decorrência atitudes ou padrões de comportamento que possam ser considerados como essencialmente tradicionais. Aceita-se que o processo migratório

2 CARDOSO, Fernando H. e José Luis Rena — "Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina", *R. Dados*, n.º 2/3, 1967.

3 TESTA, Junior Júlio Cesar — "Las migraciones internas en el contexto del desarrollo social latino americano". *Aportes*, n.º 15, Paris, jan. 1970.

4 LEE, Everett — "A theory of migration". *Demography*. vol. 3, n.º 1, 1966.

característico é aquele do tipo "step-migration" e que o migrante que chega aos grandes centros já possui alguma experiência urbana adquirida em seus deslocamentos anteriores. Cumpre ressaltar que este fato deve estar ligado ao caráter manifestado pelo processo de urbanização levado a efeito no País e que tem-se distinguido por uma intensa concentração urbana e pelo esvaziamento relativo das áreas rurais.

A ocorrência deste tipo de migração, constatada através de pesquisas empíricas, coloca em questão a tese simplista que vincula a existência de populações marginais à migração rural-urbana, relacionando a dificuldade de aculturação do migrante ao meio urbano, aos seus padrões e atitudes tradicionais que passam a se constituir em obstáculos para sua absorção e adaptação ao contexto urbano.

Com relação à migração para as áreas metropolitanas consideradas como etapa final do processo, aceita-se que os migrantes que para lá se dirigem já apresentam alguma socialização urbana, o que pode, de certo modo, possibilitar melhores perspectivas em termos de mobilidade socioeconômica.

Cabe, no entanto, observar que a distinção entre lugar de origem e de destino utilizada na literatura referente às migrações internas e que deverá também ser empregada nesta pesquisa merece certas restrições. Segundo Singer⁵ e Balán⁶ as migrações se verificam em razão de fatores estruturais, inserindo-se num contexto mais amplo que não é levado em consideração quando se toma como objeto de análise apenas as áreas de origem e de destino sem relacioná-las ao contexto histórico de desenvolvimento no qual as migrações se processam.

Evidencia-se, por outro lado, a estreita vinculação da problemática migratória com o processo de urbanização e o de metropolização que se constituem em componentes básicos do processo de desenvolvimento. A urbanização verificada no País a partir de 1930 pode ser visualizada de um modo amplo, segundo Castells⁷ através de algumas de suas características básicas como: a ausência de correlação entre emprego industrial e crescimento urbano, a forte desigualdade dos sistemas urbanos em benefício da "cidade primaz⁸", a aceleração crescente do processo de urbanização, a insuficiência de emprego e serviços para novas massas urbanas e em decorrência a acentuação da segregação ecológica por classes sociais em polarização do sistema de estratificação ao nível do consumo". É a partir deste quadro estrutural e como seu reflexo que se desenvolve o processo de metropolização.

2 — Urbanização e metropolização

A organização do espaço no mundo moderno vem se efetuando através da crescente concentração de pessoas nos centros urbanos, fenômeno denominado de urbanização. Este processo passou a se cons-

5 SINGER, Paul — "Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo". *Economia Política da Urbanização*, CEBRAP, Ed. Brasiliense — 1973.

6 BALÁN, Jorge — "Urbanización, Migraciones Internas y Desarrollo Regional: notas para una discusión". *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, álbum II, CEDEPLAR, 1973.

7 CASTELLS, M. — *Problemas de Investigación en Sociología Urbana Siglo XXI*, España — 1971.

8 Em termos de Brasil não se poder afirmar que exista cidade primaz, dado a importância apresentada por São Paulo e o Rio de Janeiro no sistema urbano nacional. Este conceito para fins de nosso estudo pode, entretanto, ser substituído pelo de "Área Metropolitana" para as realidades estaduais, uma vez que são bastante evidentes os desníveis entre a metrópole estadual e os demais centros componentes da rede urbana.

tituir em foco generalizado de atenções em decorrência de suas repercussões econômicas e principalmente sociais.

A urbanização apesar de apresentar-se intimamente ligada ao fenômeno da industrialização — fato atestado nos países considerados desenvolvidos, em que ao elevado ritmo de urbanização correspondeu intenso processo de industrialização — apresenta conotações peculiares nos países subdesenvolvidos, onde o fenômeno mantém relações muito mais estreitas com a problemática rural, através do princípio de repulsão-atração (*push-pull*). Assim, passa a urbanização a representar não apenas uma situação de crescente proporção de pessoas vivendo em cidades, mas reflexo visível do processo estrutural de organização econômica, caracterizado por crescentes disparidades intra e inter-regionais, do qual a metropolização é o principal indicador.

Entre os problemas regionais de desenvolvimento na América Latina, e em particular no Brasil, surge, portanto, a metropolização como um dos mais emergentes, tendo em vista as acentuadas desigualdades espaciais promovidas pela crescente concentração urbana, refletindo por sua vez acentuadas desigualdades sociais com formas visíveis de marginalização.

Considerando-se a formação de Áreas Metropolitanas como um fenômeno de características universais, vinculado ao processo capitalista de urbanização e industrialização e, partindo-se do suposto de que a estrutura espacial metropolitana, seus problemas e processos de crescimento estão estreitamente relacionados a realidades mais amplas e complexas como a estadual e a nacional, torna-se significativa a concepção das MIGRAÇÕES INTERNAS como expressão visível das disparidades de crescimento regional.

Esta problemática é constatada, uma vez que se sabe que “as áreas metropolitanas centrais provavelmente continuarão crescendo, ainda que sua importância futura decorresse simplesmente de seu crescimento endógeno natural, independentemente das migrações que deram origem a sua expansão”.⁹ Por outro lado, a intensidade e a continuidade dos fluxos migratórios dirigidos às áreas metropolitanas estão a demonstrar que a sua percepção e o seu tratamento levarão a resultados mais ou menos compensatórios na medida que forem tratados a partir de uma análise histórico-estrutural.

Objetivando uma percepção mais clara da realidade metropolitana, julgou-se viável estabelecer, ainda que de uma forma sucinta, referentes conceituais do fenômeno, paralelo às características apresentadas no caso brasileiro, objetivando o posterior estabelecimento de hipóteses relacionadas aos diferenciais entre migrantes e nativos nas Áreas Metropolitanas do Sudeste.

A noção de área metropolitana e sua real consideração prendeu-se à necessidade de delimitação das aglomerações urbanas que a partir de certa magnitude de crescimento populacional e complexidade funcional passaram a extravasar sua população e atividades para além de suas próprias fronteiras administrativas, formando com as áreas adjacentes um conjunto integrado do ponto de vista econômico-social, com conseqüentes repercussões nos aspectos de expansão físico-urbanística.

A partir desta concentração de pessoas, capitais e equipamentos, os limites interurbanos passaram a se tornar cada vez mais tênues, acarretando portanto problemas comuns de transporte, abastecimento e serviços urbanos básicos — infra-estrutura econômica e social — pas-

9 GEISSE, Guilherme y José Luís Coraggio — “Áreas Metropolitanas y Desarrollo Nacional”. *EURE*, vol. 1 n.º 1, oct. 1970. Santiago de Chile.

síveis de resolução igualmente comuns a partir de um tratamento integrado da problemática. Tais motivações são as responsáveis pela organização de instituições destinadas a orientar o crescimento destas áreas-problemas vinculadas a um forte processo de urbanização.

Apesar da área metropolitana ser considerada como um todo funcional, para fins de análise cabe destacar seus componentes básicos. Assim, tem-se de um lado o NÚCLEO (METRÓPOLE, CORE) que se constitui numa cidade central de determinada dimensão (no caso brasileiro com população de pelo menos 400.000 habitantes) desempenhando papel de verdadeira cabeça não apenas para suas áreas circunvizinhas, mas também para regiões mais distantes caracterizadas por atividades muitas vezes diferenciadas. De outro lado, emerge a PERIFERIA constituída pelo conjunto dos municípios adjacentes ao NÚCLEO e que realmente já apresentam, ou começam a apresentar, sinais de crescimento e organização influenciados pela metrópole, constituindo-se, por sua vez, em área de expansão futura da mesma.

O estudo das áreas metropolitanas passa a ser essencial, portanto, não apenas na solução de problemas infra-estruturais comuns mas na busca de um melhor conhecimento das metrópoles brasileiras como centros econômico-sociais de decisão e de inovação nacional, sendo, pois, alvos operacionais de qualquer política desenvolvimentista.

Na tentativa de estabelecer um paralelo entre urbanização e metropolização, algumas considerações merecem ser colocadas com vistas a situar o fenômeno migratório. As seguintes características podem ser traçadas a partir do estudo sobre áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas: ¹⁰

a) Nas áreas em processo de metropolização verifica-se um intenso afluxo demográfico constituído pelo acréscimo migratório superior ao acréscimo vegetativo;

b) O forte crescimento populacional apresenta conotações diretas com a transformação da estrutura ocupacional que passa a se caracterizar por uma predominância das atividades ligadas aos setores secundário e terciário;

c) As mais elevadas taxas de urbanização efetuam-se inicialmente no NÚCLEO, passando numa etapa posterior a caracterizar as células urbanas componentes da PERIFERIA. Estas começam, assim, a sentir a influência da metrópole na estruturação de seu espaço e de suas atividades;

d) O estabelecimento de movimentos pendulares de população para trabalho e estudo decorre entre as células metropolitanas periféricas e o NÚCLEO e, no caso de maior maturidade do complexo metropolitano, o fenômeno desenvolve-se entre as próprias células metropolitanas entre si. Entre outras causas podem ser citadas: a saturação dos espaços físicos disponíveis destinados em especial à atividade industrial, ocasionando sua descentralização para unidades territoriais periféricas; o volume crescente de mão-de-obra do NÚCLEO que passa a buscar aproveitamento em outras parcelas da área metropolitana; a intensificação da proximidade física dos municípios da PERIFERIA em relação ao NÚCLEO, ocasionada pelas crescentes facilidades de transporte e comunicação, possibilitando que suas populações dirijam-se diária-

10 IBGE — GRUPO DE ÁREAS METROPOLITANAS. "Áreas de pesquisa para a determinação de Áreas Metropolitanas". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31 n.º 4, out./dez. 1969.

mente à metrópole na busca de trabalho e de serviços educacionais mais especializados. Os movimentos pendulares intrametropolitanos surgem desta maneira como indicador de integração entre o NÚCLEO e a PERIFERIA, contribuindo para a identificação, entre outros tantos aspectos, do estágio de metropolização da área estudada.

Em relação à situação brasileira, podem ser identificadas nove áreas metropolitanas, que desempenham funções bastante heterogêneas resultantes de suas **RELAÇÕES EXTERNAS** (isto é, vinculações mantidas com sua área de influência, a qual oscila em decorrência da magnitude da metrópole e de seu significado no contexto nacional), apresentando, por outro lado, **ESTRUTURAS FUNCIONAIS INTERNAS** diferenciadas, com conseqüentes problemas infra-estruturais de dimensões distintas.

Dentro deste panorama estrutural desenvolve-se um processo de planejamento metropolitano, caracterizado ainda numa primeira fase pela criação de organismos especiais — a exemplo do **GRUPO EXECUTIVO DA GRANDE SÃO PAULO (GEGRAN)** e do **GRUPO EXECUTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (GERM)** — encarregados do tratamento das áreas metropolitanas, de uma forma predominantemente voltada aos aspectos físicos urbanísticos (infra-estruturais).

Esta atuação tornar-se-á crescentemente positiva na medida em que as áreas metropolitanas passarem a ser consideradas como **UNIDADES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO** em relação ao planejamento do *espaço nacional como um todo* e não apenas como unidades isoladas de programação, dissociadas das respectivas hinterlândias, onde realmente repousam suas causas e onde se localizam as maiores possibilidades de atuação governamental.

Da mesma forma, somente uma análise do processo migratório concebido a partir de um enfoque circular de causa e efeito, onde a migração seja entendida como elemento de toda uma estrutura socioeconômica, poderá servir de subsídio real ao estabelecimento de uma **POLÍTICA MIGRATÓRIA NACIONAL**.

Torna-se necessário, pois, registrar que a definição e a montagem de uma política nacional de migração terá maior sentido na medida em que se constituir em elemento de uma política demográfica mais ampla, integrada, por sua vez, à **POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, a partir de uma visão sistêmica de desenvolvimento.

II — REFERENTES METODOLÓGICOS

1 — Objetivos

Considerando-se o projeto de **MIGRAÇÕES INTERNAS PARA AS ÁREAS METROPOLITANAS DO SUDESTE**, como parcela de um projeto mais amplo de caráter macrorregional denominado **MIGRAÇÕES INTERNAS NA REGIÃO SUDESTE**, cabe destacar dois níveis de objetivos buscados, o geral e o específico.

Como objetivo geral da pesquisa e de acordo com o registrado na cláusula primeira do termo de convênio celebrado, tem-se o *fornecimento de subsídios que permitam a formulação de uma política migratória para o País e a definição dos instrumentos necessários à sua exe-*

cução. A presente pesquisa de caráter exploratório-descritivo pretende, pois, fornecer elementos para uma melhor compreensão da problemática migratória nas Áreas Metropolitanas do Sudeste.

Como objetivo específico busca-se a *análise comparativa de diferenciais demográficos, econômicos e sociais entre população migrante e nativa residente nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Esta análise, por sua vez, deve estar relacionada à Caracterização das Áreas Metropolitanas segundo níveis de urbanização e desenvolvimento, dado a importância apresentada pelos mesmos na interpretação dos diferenciais buscados.

2 — Unidades de Análise

Com vistas a esta pesquisa as unidades de análise devem ser consideradas em dois níveis distintos, a saber:

2.1 — Unidade observacional individual: Migrante e Nativo

2.1.1 — Migrante

Segundo a definição censitária, entende-se como migrante “*aquele que possui local de residência diferente do local de nascimento*”. Neste sentido esta definição relaciona-se a de migrante absoluto ao não considerar todos os movimentos efetuados entre a saída do local de nascimento e a chegada à área de destino registrada na data do censo. Por outro lado, só são considerados os migrantes sobreviventes até aquela data não sendo computados, por sua vez, aqueles que retornaram às suas áreas de nascimento.¹¹ Baseada na definição censitária conceitua-se como migrante “*aquele que não nasceu no município onde foi recenseado com até 10 anos de permanência na área de destino*”.

2.1.2 — Nativo

Segundo o Manual VI das Nações Unidas, o nativo é definido como “*aquele que é registrado censitariamente no seu local de nascimento*”.

2.2 — Unidade observacional espacial: Áreas Metropolitanas do Sudeste

Considera-se como unidade observacional espacial a área sobre a qual serão analisadas as características referentes às populações migrante e nativa. Como seus componentes estruturais básicos, situam-se o NÚCLEO e a PERIFERIA, devidamente especificados em documento anexo, para cada área metropolitana do Sudeste.

2.2.1 — Núcleo

Denomina-se “núcleo” a principal cidade do conjunto metropolitano, isto é, a metrópole propriamente dita, considerada centro de emanação de decisões e inovações, bem como principal centro de atração para as correntes migratórias estabelecidas.

11 NACIONES UNIDAS — Métodos de medición de la migración interna — Manual VI, ST/SOA/série A/47.

2.2.2 — Periferia

Denomina-se “periferia” aos demais municípios do conjunto metropolitano, em sua maioria diretamente vinculados à metrópole e que com ela repartem uma estrutura funcional e uma forma especial de organização do espaço.

3 — Correntes Migratórias

As correntes migratórias destinadas às Áreas Metropolitanas do Sudeste são tomadas com maior detalhamento com referência à corrente intra-regional, que é desmembrada em inter e intra-estadual, dado a importância que ela passa a consumir nesta região a partir da década de 60. O fluxo inter-regional, contudo, é considerado de maneira mais pormenorizada (estados de cada outra-região) apenas com relação as metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. Para a Área Metropolitana de Belo Horizonte os fluxos são considerados de forma global, uma vez que se constata aí a irrelevância destas correntes.

3.2 — Corrente interregional

3.1.1 — Fluxo intra-estadual

Estado de São Paulo	— Para a Área Metropolitana de São Paulo
Estado do Rio de Janeiro	— Para a Área Metropolitana do Rio de Janeiro
Estado de Minas Gerais	— Para a Área Metropolitana de Belo Horizonte

3.1.2 — Fluxo interestadual

Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo	— Para a Área Metropolitana do Rio de Janeiro
Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo	— Para a Área Metropolitana de São Paulo
Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo	— Para a Área Metropolitana de Belo Horizonte

3.2 — Corrente inter-regional

3.2.1 — De cada outro Estado que não os do Sudeste	— Para as Áreas Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.
3.2.2 — De outras regiões que não o Sudeste	— Para a Área Metropolitana de Belo Horizonte

4 — Dados e limitações

Para a realização desta pesquisa serão utilizadas tabulações especiais, solicitadas ao IBI/IBGE pelo Ministério do Interior e elaboradas a partir das informações contidas no Censo Demográfico de 1970. Estas tabulações objetivam fornecer um quadro padronizado de dados que

possibilite a posterior comparação dos resultados obtidos pelos estudos a serem efetuados nas demais Regiões integrantes do Projeto de Migrações Internas no Brasil.

Torna-se, no entanto, necessário se destacar as principais limitações apresentadas por estes dados e que funcionam como condicionantes ao escopo da presente pesquisa.

4.1 — Processo Migratório

Surge como limitante básico a *impossibilidade de analisar o fenômeno migratório em termos de processo*, uma vez que as informações fornecidas são relativas somente a um dado período no tempo, ou seja dizem respeito apenas aos migrantes na área de destino. O conhecimento da “história da vida” do migrante — incluindo tanto a sua situação socioeconômica anterior na área de origem quanto a trajetória migratória empreendida antes do momento do registro censitário — não se torna possível, o que leva, em consequência, a uma análise estática daquele fenômeno, que é, por sua vez, dissociado do contexto social no qual ele se processa.

4.2 — Correntes Migratórias

Evidencia-se como segundo limitante a *não especificação dos fluxos migratórios em termos intra ou inter-regionais para a análise de todos os diferenciais buscados*.

Apesar de se verificar a perda significativa de importância das correntes inter-regionais e o predomínio das de natureza intra-regional para o Sudeste, a distinção destes fluxos se faz necessária, contudo, para a caracterização dos diferenciais, pois, dependendo do tipo de fluxo empreendido pelo migrante, pode se verificar padrões de diferenciais distintos.

4.3 — Áreas de Origem

O terceiro limitante relaciona-se à *precaridade das informações referentes às áreas de origem*, uma vez que os dados censitários alusivos apresentam-se agregados a nível de ESTADO não permitindo uma melhor visualização da problemática inicial do migrante. Esta poderia ser melhor detectada na medida em que fosse possível relacionar as causas maiores das migrações às características socioeconômicas das áreas de origem, identificando-as como regiões economicamente deprimidas, regiões com alto índice de fecundidade, regiões de minifúndio, regiões com alto índice de mecanização agrícola recente, etc., fatores, portanto, explicativos dos movimentos migratórios efetuados e fundamentais na análise dos diferenciais buscados.

4.4 — Áreas de Destino

Como quarto limitante ressalta-se a *não desagregação das áreas metropolitanas a nível de município*. Importa salientar a necessidade desta desagregação para a análise dos diferenciais na medida em que eles são condicionados pelo nível de urbanização e estágio de metropolização, bem como pelas demais características que fazem com que os municípios que constituem as áreas metropolitanas apresentem contextos socioeconômicos distintos.

4.5 — Etapas Migratórias

Destaca-se como limitante a *inviabilidade de caracterização de todas as etapas migratórias* empreendidas, pois os dados censitários só registram duas destas etapas, a saber, a de residência atual a nível de município e a de última residência anterior dada a nível de Estado.

Em vista disso torna-se impossível efetuar a comprovação empírica da hipótese relativa à “step-migration” que forneceria valiosas informações para a interpretação dos diferenciais através da identificação de caracteres como:

a) *a tipologia das correntes migratórias*, tendo em vista a predominância dos deslocamentos oriundos, seja de outros pontos do sistema urbano estadual ou nacional — comprovando, assim, o processo migratório por etapas — seja de áreas próximas, seja de origem rural ou urbana pertencentes ao raio de influência direta da metrópole;

b) *a trajetória empreendida pelo migrante*, considerando-a de fundamental interesse para a análise dos diferenciais, pois o *status* socioeconômico apresentado ou a ser adquirido pelo migrante na área de destino mantém estreita vinculação com a sua experiência de vida que é condicionada por seus traslados anteriores. Neste sentido o número de deslocamentos efetuados e a sua natureza poderá ser tomado como indicador de um grau maior ou menor de adaptação do migrante ao contexto urbano.

4.6 — Categoria Migrante

O sexto limitante refere-se à própria *categoria migrante que é encarada de modo homogêneo*, não levando em consideração a posição que o migrante ocupa na estrutura social de sua área de origem e que é determinante do seu nível educacional, *status* ocupacional e de outros aspectos de natureza social e cultural. Observa-se que a população migrante não é constituída por uma “massa homogênea”, mas sim por indivíduos pertencentes a classes sociais distintas e oriundas de áreas geográficas diversificadas quanto ao seu nível de desenvolvimento.

5 — Questionamentos gerais

Tendo em vista a necessidade de situar as migrações internas num contexto global de desenvolvimento, busca-se, através de *questionamentos gerais*, registrar algumas indagações consideradas básicas para o estabelecimento de uma política migratória nacional.

Constituiu-se a migração em fator negativo ao desenvolvimento do País como um todo e às Áreas Metropolitanas em particular, tendo em vista que a concentração acelerada desta população nas áreas urbanas gera problemas de desemprego, redução de produtividade, marginalização e favelização? Ou deve o fenômeno migratório ser percebido como fator positivo na reorganização dos padrões de estruturação do espaço, através da redistribuição de populações liberadas de áreas demograficamente saturadas e/ou economicamente deprimidas, objetivando um descongestionamento das áreas de origem (áreas-problema) paralelo à manutenção de uma mão-de-obra barata nas áreas de destino (complexos metropolitanos, em especial)?

Deve-se considerar a migração como problemática urbana ou como um reflexo da problemática geral de crescimento, fundamentalmente vinculada aos aspectos rurais?

Constitui-se a migração num problema mais crucial para as áreas metropolitanas (tendo em vista os problemas decorrentes da concentração populacional) ou para as áreas de origem (considerando-se a perda progressiva dos seus elementos mais jovens e produtivos com sobrecarga das idades inativas que permanecem)?

Pressupondo-se que a saída do migrante contribuiu positivamente para a manutenção do equilíbrio econômico-demográfico das áreas de origem, uma vez que estas não possuem condições de absorver toda a força de trabalho disponível, e que isto permite concluir que a não ocorrência destes fluxos levaria à diminuição gradual dos níveis salariais mínimos e ao desemprego, pergunta-se até que ponto a migração pode ser considerada negativa para as áreas de origem?

Em que medida a migração ocasiona problemas ou torna visível os já existentes?

Sabendo-se que as categorias de migrante e nativo não são homogêneas, pode-se afirmar que existem acentuados diferenciais entre elas?

Para onde realmente são maiores os custos sociais da migração, para as áreas de origem ou para as áreas de destino?

A partir de que tempo de permanência na área de destino pode o migrante ser considerado como elemento positivo ao desenvolvimento metropolitano?

Na medida em que a migração fosse tomada como fator positivo de desenvolvimento, através de operacionalização de uma política de redirecionamento dos fluxos, que tipos de migrantes (partindo-se do pressuposto de que a população migrante é heterogênea) seriam ou não desejáveis para as diferentes áreas definidas como receptoras?

Até que ponto apenas o redirecionamento dos fluxos migratórios para áreas desocupadas ou não suficientemente exploradas, bem como o reforço de alguns centros urbanos de médio porte, se apresentaria como solução satisfatória para a problemática dos deslocamentos de população para os grandes centros urbanos, desvinculada dos aspectos demográficos e econômico-sociais de uma política global?

6 — Referentes teórico-normativos para a análise dos diferenciais

Do ponto de vista teórico-normativo torna-se importante o estabelecimento das dimensões de análise, tanto a nível geral como específico, que venham subsidiar a formulação das hipóteses de trabalho a serem lançadas para a análise dos diferenciais entre populações migrante e nativa.

A dimensão geral apresentada relaciona-se ao enfoque metropolitano e seu significado maior na análise dos diferenciais, uma vez que para a presente pesquisa as Áreas Metropolitanas do Sudeste se constituem na base contextual de análise e no espaço de operacionalização de programas de desenvolvimento.

A dimensão específica prende-se ao estabelecimento das variáveis intervenientes que devem ser levadas em consideração na análise dos diferenciais entre a população migrante e a nativa, real objeto desta pesquisa. Cabe, no entanto, destacar o que se entende por *diferenciais*

que, segundo Elizaga¹², diz respeito às comparações a serem efetuadas entre a população migrante e a nativa na área de destino, distinguindo-se pois do estudo de *seletividade* ou comparações entre migrantes e não-migrantes na área de origem.

É preciso, porém, enfatizar que mesmo que se tenha em vista apenas a análise dos diferenciais é de fundamental importância o conhecimento dos antecedentes da população migrante, ou seja, das características de suas áreas de origem, da sua situação socioeconômica anterior, das razões que levaram à decisão de migrar e das etapas migratórias efetuadas, pois é a partir deste conhecimento que se pode pretender uma análise satisfatória dos diferenciais. Isto será dificultado na medida em que se dispõe de dados relativos apenas às áreas de destino.

6.1 — Dimensão geral de análise

Nesta dimensão podem ser destacadas as seguintes colocações relativas do fenômeno metropolitano:

6.1.1 — Área Metropolitana e desequilíbrio regional

O grau de desenvolvimento das Áreas Metropolitanas em relação às demais regiões do Estado onde estão inseridas e/ou em relação às macrorregiões brasileiras entre si, *é expressão clara dos desequilíbrios regionais tendo relação direta com o direcionamento e a intensidade das correntes migratórias estabelecidas.*

A formação dos complexos metropolitanos, como decorrência da concentração de capitais, equipamentos e populações de características variadas, em diferentes épocas e com fatores estruturais diversos, leva necessariamente à existência de distintos estágios de metropolização. Estes se caracterizam, entre outros aspectos, por desigual ritmo de urbanização das células que o integram, forma de expansão urbana a partir da metrópole originada por distintas etapas de descentralização das atividades urbanas, em especial das industriais, maior ou menor déficit dos equipamentos de caráter social, além de seu grau de integração intra-regional e sua importância relativa no contexto nacional.

A partir destas diferenciações estima-se que fluxos migratórios apresentem peculiaridades no tocante ao volume de imigração, origem predominante dos migrantes a partir do caráter intra ou interestadual, bem como no nível de absorção de mão-de-obra, *status* ocupacional e nível de marginalidade urbana nas áreas de destino, além de tantos outros aspectos relevantes a serem detectados no decorrer de outros estudos mais detalhados.

6.1.2 — Estrutura funcional metropolitana

O acelerado crescimento populacional urbano *conduz necessariamente a uma crescente diferenciação da estrutura funcional das cidades*, aspecto este marcante na caracterização de uma metrópole em relação a outros centros do sistema urbano.

A diversificação de funções numa cidade poderá se constituir em fator gerador de maiores oportunidades para os migrantes, na medida em que a gama de atividades existentes poderá facilitar seu ingresso na força de trabalho local. Por outro lado, na medida em que este nível

¹² ELIZAGA, C. Juan — Internal Migrational, an overview. *International Migration Review*, Staten Island, New York, 6 (2), summer, 1972.

maior de diferenciação ocupacional implica num nível maior de desenvolvimento, poderá funcionar também como fator importante na análise da mobilidade social do migrante. Em nosso caso, onde as três metrópoles apresentam níveis e estágios distintos de crescimento, este enfoque reveste-se da máxima importância, haja vista que a estrutura ocupacional decorrente desta diversificação funcional urbana se constitui num dos elementos básicos a ser considerado na análise do *status* ocupacional dos migrantes e dos nativos.

6.1.3 — Área Metropolitana × área de expulsão

Tão importante quanto a análise imigratória nos complexos metropolitanos — percebidos como áreas-problema de âmbito tanto estadual quanto nacional — *aparece, simultaneamente, a caracterização das principais regiões de expulsão populacional*. Pode-se considerá-las como focos latentes de desníveis socioeconômicos, constituindo-se dentro de uma política de desenvolvimento regional em pontos de atuação tão estratégicos quanto os chamados metropolitanos, uma vez que são complementares a este em termos de problemática. A análise das características destas áreas de emigração tornava-se valiosa e mesmo indispensável à interpretação dos diferenciais quanto aos níveis de qualificação dos migrantes e à compreensão do fenômeno migratório como um processo circular de causa e efeito.

6.1.4 — Área Metropolitana e difusão de inovações

As Áreas Metropolitanas representam focos de modernização — pela geração e difusão de inovações tecnológicas e institucionais, difundidas seja através do sistema urbano seja de uma forma direta às populações rurais suficientemente próximas. Segundo Friedman¹³, historicamente as condições especialmente favoráveis para inovações estão geralmente presentes em sistemas urbanos grandes e rapidamente crescentes. A pressão originada pelo rápido crescimento, altas densidades e presença de grupos de população culturalmente heterogêneos em grandes cidades, gera urgentes demandas de solução induzindo a busca de novos padrões funcionais.

Dentro deste enfoque torna-se importante destacar o “papel de atração” desenvolvido pela metrópole em relação à população migrável (área de origem), uma vez que este centro é percebido como ponto fornecedor de inovações através da difusão de valores urbanos.

6.1.5 — Localização dos migrantes em termos de núcleo e periferia

Considerando-se as áreas metropolitanas a partir de uma visão de seus componentes estruturais espaciais — NÚCLEO e PERIFERIA — e acrescentando-se a esta as noções de “IMAGEM” e “DISTÂNCIA” (no sentido de percepção da área de destino pelo migrante, não em relação à distância real física entre dois pontos, mas a partir de um posicionamento individual decorrente de sua problemática e motivação e que o faz identificar o NÚCLEO como o todo), tem-se que os migrantes tendem a dirigir-se inicialmente ao NÚCLEO do complexo metropolitano, uma vez que a imagem por ele formada se identifica com a cidade central

13 FRIEDMANN, I. E., McGLYNN, B. Stuckey and CHUNG-TONG Wu — Urbanization and National Development: A comparative Analysis. School of Architecture and Urban Planning University of California. Los Angeles 1970. (mimeo).

e não com os centros da periferia. Decorre daí que a *localização dos migrantes em termos de núcleo e periferia está significativamente vinculada com o tempo de permanência do migrante na área de destino*, o que leva à caracterização do fenômeno migratório como elemento importante na forma de expansão físico-territorial das áreas metropolitanas.

6.2 — Dimensão específica de análise

6.2.1 — Estudo comparativo dos diferenciais entre a população migrante e a nativa

Para esse estudo torna-se necessário o estabelecimento de critérios que devem nortear a análise a ser efetuada. Em primeiro lugar devem ser buscadas as variáveis intervenientes necessárias à compreensão da situação apresentada pela população migrante na área de destino. Neste sentido devem ser destacadas as seguintes variáveis:

- origem do migrante
- idade de chegada na área de destino
- distribuição etária
- sexo
- tempo de permanência na área de destino.

6.2.1.1 — *Origem do migrante*

Quanto à primeira variável, seu papel é relevante, pois situa-se como condicionante de padrões diferenciais distintos. Os antecedentes da migração, incluindo a própria situação do migrante e o contexto socioeconômico no qual ele está inserido, são determinantes que irão influir decisivamente na caracterização dos diferenciais. Evidencia-se que o migrante de origem rural não se encontra aparelhado para desempenhar as funções exigidas pela estrutura urbana, uma vez que são reduzidas as suas oportunidades educacionais e que a estrutura ocupacional destas áreas apresenta-se de maneira menos diferenciada. Pode-se supor, portanto, a existência de diferenciais mais acentuados entre os migrantes rurais do que entre aqueles provenientes de outros centros urbanos.

Além da condição ou não de ruralidade, o local de nascimento e de última residência anterior são, por sua vez, fatores que devem influir na caracterização dos diferenciais, pois o nível de desenvolvimento destas áreas atua como condicionante da situação a ser apresentada pelo migrante na área de destino. Isto se torna ainda mais necessário em países como o Brasil, que caracteriza-se por acentuados desequilíbrios regionais. Admite-se também que o local de última residência anterior possa ser talvez mais significativo para explicar a maior ou menor dificuldade de adaptação do migrante na área de destino, do que propriamente o seu local de nascimento. Isto é verdadeiro para aqueles migrantes que iniciam sua trajetória em faixas de idade bem jovens e que passam um período do tempo relativamente grande naquela área. Neste sentido estas informações são de fundamental importância para a análise dos diferenciais buscados.

6.2.1.2 — *Idade de chegada na área de destino*

Tem-se revelado como uma variável crucial para o estudo comparativo de diferenciais, já que o processo de adaptação ou de assimilação do migrante na área de destino relaciona-se com a sua idade de chegada a esta área. O migrante que chega já na idade adulta terá menores oportunidades de acesso às “ofertas” da sociedade urbano-industrial, em termos de instrução, ocupação e incorporação de padrões urbanos, do que aquele que migra ainda criança. Este, em decorrência, tem maiores probabilidades de apresentar um nível educacional e *status* ocupacional semelhante ao dos nativos. Apesar disto, não se pode esquecer os condicionantes dados pela situação de classe anterior do migrante.

6.2.1.3 — *Distribuição etária*

É uma das características de seletividade da população migrante que faz com que ela se diferencie de modo marcante da população nativa. Como já foi observado por Lee¹⁴, existem determinadas fases do ciclo de vida que se relacionam à mobilidade social e que por isso estimulariam mais a migração, tais como ingresso nas instituições de ensino, casamento, entrada na força de trabalho etc.

É mais difícil aos migrantes iniciarem sua trajetória migratória em idades avançadas, daí esperar-se que os fluxos sejam compostos em sua maioria por migrantes jovens adultos. Importa ressaltar o papel duplo que esta variável possui, pois ela refere-se, como foi visto, à composição demográfica dos fluxos e atua, por outro lado, como fator explicativo na análise dos diferenciais.

6.2.1.4 — *Sexo*

O que foi mencionado acima com relação à distribuição etária, ou seja, seu caráter seletivo e o duplo papel desempenhado não só na composição demográfica dos fluxos mas também na influência que ela exerce sobre o comportamento das características apresentadas pelos migrantes e nativos, pode ser estendido a esta variável.

6.2.1.5 — *Tempo de permanência na área de destino*

O processo de adaptação do migrante na área de destino caracteriza-se por sua complexidade, estando associado a uma série de fatores de natureza psicossocial, que possibilitariam ao migrante a sua fixação numa determinada área. Pesquisas empíricas têm demonstrado a importância dos laços de parentesco e das relações de amizade para a compreensão deste processo. No entanto, na ausência deste tipo de dados, o tempo de permanência pode ser considerado como aquela variável que pode fornecer alguma indicação sobre o processo de adaptação do migrante na área de destino, já que, quanto maior for o seu tempo de permanência maiores serão as suas possibilidades de se aproximar em termos de características da população nativa. Em decorrência, esta variável está relacionada à mobilidade social do migrante, devendo, conseqüentemente, estar presente na análise de todos os diferenciais.

Cabe registrar, contudo, que, apesar do tempo de permanência desempenhar um papel relevante, é o lugar ocupado pelo migrante na estratificação social, em sua área de origem, que influenciará de modo decisivo na ocorrência de maior ou menor mobilidade social.

14 LEE, Everett — A Theory of Migration. *Demography*, vol. 3, n.º 1, 1966.

6.2.2 — Apesar de se considerar a relevância destas variáveis para a análise de todos os diferenciais, evidencia-se que para a presente pesquisa serão consideradas como intervenientes somente a distribuição etária, sexo e tempo de permanência na área de destino

Isto ocorre em conseqüência da utilização de tabulações especiais baseadas em dados censitários nos quais não se encontram informações referentes à origem e idade de chegada do migrante.

Quanto à *distribuição etária* ela foi desagregada segundo cinco alternativas, previamente determinadas, visando sua adequação a cada uma das variáveis que serão analisadas, estando presente no estudo de todos os diferenciais.

1.^a *alternativa*: Faixas etárias de: 0-4, 5-9, 10-14, 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-49, 50-59, 60 e mais para *quadro de procedência*.

2.^a *alternativa*: Faixas etárias de: 10-19, 20-29, 30-39, 40 e mais para *rendimentos mensais*¹⁵ e *posição na ocupação, escolaridade e ocupação*¹⁶, *número de horas trabalhadas e rendimentos mensais*¹⁷, *rendimentos mensais*¹⁸, *ocupação*¹⁹, *ocupação*²⁰ e *posição na ocupação, composição familiar, renda familiar*.

3.^a *alternativa*: Faixas etárias de: 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50 e mais para *fecundidade, estado conjugal*.

4.^a *alternativa*: Faixas etárias de: 5-9, 10-14, 15-19, 20-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50 e mais para *freqüência escolar, escolaridade*.

5.^a *alternativa*: Faixas etárias de: 10-14, 15-19, 20-29, 30-39, 40-64, 65 e mais para *ocupação*²¹ *condição de atividade e situação de emprego*.

Para a variável *tempo de permanência na área de destino* foram estabelecidas três alternativas distintas, segundo o mesmo critério de adequabilidade às variáveis que deverão ser analisadas. Neste sentido a população migrante será subdividida em diversas subcategorias de acordo com cada uma das alternativas.

1.^a *alternativa*: Tempo de permanência de: 0-2, 3-5, 6-10, 11 e mais para *quadro de procedência, freqüência escolar, escolaridade, fecundidade, rendimentos mensais*²² e *posição na ocupação, escolaridade e ocupação*²³, *ocupação*²⁴, *ocupação*²⁵ e *posição na ocupação, número de horas trabalhadas e rendimentos mensais*²⁶, *composição familiar, renda familiar*.

15 refere-se a 1.^a alternativa elaborada para esta variável

16 sete grupos ocupacionais (ou anexo)

17 refere-se a 2.^a alternativa elaborada para esta variável

18 refere-se a 2.^a alternativa elaborada para esta variável

19 sete grupos ocupacionais (ou anexo)

20 sete grupos ocupacionais (ou anexo)

21 vinte e oito categorias ocupacionais (ver anexo)

22 refere-se a 1.^a alternativa elaborada para esta variável

23 sete grupos ocupacionais (ver anexo)

24 23 categorias ocupacionais (ver anexo)

25 sete grupos ocupacionais (ver anexo)

26 refere-se a 2.^a alternativa elaborada para esta variável

2.^a *alternativa*: Tempo de permanência de: 0-5, 6-10, 11 e mais para *rendimentos mensais*²⁷, *ocupação*²⁸, condição de atividade e situação de emprego, quadro de procedência.

3.^a *alternativa*: Tempo de permanência de: 0-2 para *estado conjugal*.

6.2.3 — População migrante segundo subcategorias

Na análise propriamente dita dos diferenciais a população migrante será considerada segundo subcategorias definidas a partir do seu tempo de permanência na área de destino. Esta categorização do grupo migrante é exigida na medida em que a simples dicotomia migrante-nativa pode encobrir aspectos significativos resultantes da própria heterogeneidade contida nesta população. Importa, contudo, destacar dois níveis distintos de análise:

Num primeiro nível deverá ser efetuada a caracterização dos diferenciais tomando por base apenas a subcategoria de 0-2 anos, ou seja, aquela referente aos *migrantes recentes*, considerada como a mais representativa do grupo migrante. Esta representatividade está referida a uma maior probabilidade de manutenção de suas condições anteriores de vida, o que possibilita, em vista disto, um conhecimento mais adequado da situação apresentada pelo migrante na área de destino.

Com vistas, no entanto, ao seu processo gradativo de adaptação, deverão ser analisadas as demais subcategorias migratórias, pois admite-se que o comportamento dos diferenciais se modifica em função de um período maior de residência na área de destino.

Destaca-se, porém, que a subcategoria referente aos migrantes de 11 anos e mais de permanência não será utilizada, já que a partir de um período prolongado de residência o migrante passa a assumir as características próprias aos nativos, apresentando, em conseqüência, diferenciais que o distigue dos outros subgrupos de migrantes. Neste sentido serão consideradas as subcategorias de 3-5 anos e a de 6-10 anos de permanência. Portanto, em função do tempo de permanência na área de destino serão consideradas três categorias migratórias básicas:

- *migrantes recentes* de 0-2 anos de permanência
- *migrantes com período de permanência intermediário* de 3-5 anos de permanência
- *migrantes antigos* de 6-10 anos de permanência.

6.2.4 — Caracterização dos diferenciais entre migrantes e nativos

Para tal caracterização deverão ser utilizadas algumas variáveis, demográficas, sociais e econômicas, previamente selecionadas a saber: sexo, distribuição etária, estado conjugal, composição familiar, fecundidade, nível de escolaridade, ocupação, posição na ocupação, renda, condição de atividade, situação de emprego e número de horas trabalhadas.

²⁷ refere-se a 2.^a alternativa elaborada para esta variável

²⁸ sete grupos ocupacionais (ver anexo).

7 — Hipótese de trabalho

As hipóteses de trabalho formuladas a partir dos referentes teóricos e normativos, anteriormente estabelecidos, pretendem abarcar as dimensões de análise definidas como geral e específica, consubstanciando-se nas seguintes colocações:

1) Presume-se que o volume e a direção dos fluxos migratórios estejam intimamente associados ao grau de urbanização e ao nível de desenvolvimento das áreas de destino, uma vez que quanto maior o grau de urbanização e de desenvolvimento de uma dada área maior será a atração que ela deverá exercer sobre a população migrante.

2) Os migrantes que já vivenciaram uma experiência urbana, mais do que aqueles provenientes de áreas rurais tenderão a sentir-se atraídos pelas áreas com maior grau de urbanização.

3) Supõe-se que os diferenciais entre migrantes e nativos acentuem-se de acordo com o maior grau de desenvolvimento socioeconômico das áreas receptoras, decorrendo daí que a nível intermetropolitano esta diferenciação deverá ser maior quanto maior for o nível de desenvolvimento da área metropolitana e, à nível intrametropolitano, esta diferenciação poderá ser maior no Núcleo do que na Periféria.

4) Os diferenciais entre migrantes e nativos tendem a decrescer mais rapidamente nas áreas metropolitanas com maior nível de desenvolvimento, já que estas apresentam maiores potencialidades de mobilidade social.

5) Há uma tendência à diminuição dos diferenciais entre migrantes e nativos na medida em que haja aumento do tempo de permanência na área de destino, aceitando-se que os diferenciais se apresentem de modo mais intenso para os migrantes recentes do que para aqueles residentes há mais tempo na área de destino.

6) Em geral, a proporção de migrantes na força de trabalho tende a ser maior do que a verificada para a população nativa, tendo em vista serem as razões de natureza econômica aquelas que mais impulsionariam a migração.

7) O nível de renda do migrante tende a ser mais condicionado pelo tempo de permanência na área de destino do que pelo seu Estado de procedência.

III — NÍVEIS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Tendo em vista que os objetivos da pesquisa prendem-se a duas dimensões de análise, isto é, caracterização dos contextos metropolitanos e posterior interpretação dos diferenciais entre migrantes e nativos nestas referidas áreas, evidencia-se a necessidade de desenvolver a pesquisa a partir destas duas dimensões básicas. Assim, propõe-se:

1) Caracterização das Áreas Metropolitanas do Sudeste (quadro operacional de análise) segundo seus níveis de urbanização, de desenvolvimento e de integração, e posterior correlação com o volume.

2) Análise específica dos diferenciais entre migrantes e nativos nas Áreas Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Quanto aos níveis espaciais a serem utilizados na análise podem ser definidos como intrametropolitano e intermetropolitano. A análise

intrametropolitana para a primeira dimensão básica será desenvolvida em duas etapas, isto é, tomando-se inicialmente cada centro urbano e comparando-o com os demais de sua área metropolitana, e, posteriormente, considerando-os agregados segundo os componentes estruturais CENTRO e PERIFERIA, anteriormente conceituados. Já na análise específica dos diferenciais serão considerados o CENTRO e a PERIFERIA. Em relação ao nível intermetropolitano será este utilizado tomando-se cada complexo metropolitano como um todo e comparando-o com os outros complexos metropolitanos do Sudeste.

1 — Caracterização das Áreas Metropolitanas do Sudeste

1.1 — Nível de urbanização

Para esta análise selecionou-se, a nível de município, algumas variáveis consideradas representativas do fenômeno buscado, operacionalizadas da seguinte forma:

— Incremento absoluto da população urbana (n.º de pessoas, ambos os sexos, acrescidas no período 1960/1970).

- Crescimento urbano
- Crescimento citadino

$$\Delta = 1970 - 1960$$

— Incremento relativo da população urbana (percentagem da população acrescida no período 1960/1970).

- Crescimento urbano
- Crescimento citadino

$$I = \frac{P_{70} - P_{60}}{P_{60}} \cdot 100$$

— Ritmo de crescimento populacional (taxa geométrica de crescimento anual no período 1960/1970).

- Crescimento urbano
- Crescimento citadino
- Crescimento rural
- Crescimento total

$$P_n = P_o (1 + i)^t$$

Onde: P_n = População 1970

P_o = População 1960

i = Taxa geométrica de crescimento

t = Intervalo de tempo

— Percentagem de crescimento vegetativo — 1960/1970 (percentagem do crescimento vegetativo em relação ao crescimento populacional global).

$$\frac{\% CV}{CT} = \frac{P_n - P_o \pm M(t)}{P_n - P_o} \cdot 100$$

Onde: P_n = População total 1970
 P_o = População 1960
 $M(t)$ = População migrante no período

— Percentagem de crescimento migratório — 1960/1970 (percentagem do crescimento migratório em relação ao crescimento populacional global).

$$\frac{\% M(t)}{CT} = \frac{P_n - P_o - CV}{P_n - P_o} \cdot 100$$

Onde: P_n = População total 1970
 P_o = População total 1960
 CV = Crescimento vegetativo

— Índice de urbanização para 1960 e 1970 (índice de urbanização de ARRIAGA).

$$U = \frac{\sum_1^n C_i}{P} \cdot \frac{\sum_1^n C_i^2}{\sum_1^n C_i} \cdot 10^{-3} = \frac{\sum_1^n C_i^2}{P} \cdot 10^{-3}$$

Onde: $\frac{\sum_1^n C_i}{P}$ = Proporção da população urbana em relação a população total.

$\frac{\sum_1^n C_i^2}{\sum_1^n C_i}$ = Tamanho urbano médio da população urbana.

Sendo: C_i = População urbana da área em estudo
 P = População total da área em estudo.

1.2 — Nível de desenvolvimento

Para a identificação do nível de desenvolvimento de cada área metropolitana, considerada contexto socioespacial para a análise dos diferenciais, busca-se estabelecer um ÍNDICE GLOBAL POTENCIAL passível de comparação tanto a nível intermunicipal quanto à nível intermetropolitano, e que expresse as diferenças de crescimento existentes entre os três complexos metropolitanos em estudo.

Para tal, propõe-se as seguintes etapas de trabalho:

1.2.1 — Seleção das variáveis consideradas diretamente vinculadas ao nível de desenvolvimento metropolitano

Variáveis propostas:

- a_1 = Atividade industrial
- a_2 = População economicamente ativa
- a_3 = Estrutura ocupacional
- a_4 = Renda
- a_5 = Educação
- a_6 = Saúde
- a_7 = Fecundidade
- a_8 = Comodidade urbana
- a_9 = Energia
- a_{10} = Instituições ligadas à difusão

1.2.2 — Operacionalização das variáveis

Listagem dos indicadores para o ano-base 1970, a nível de município.

- V. a_1 {
 - Valor da produção industrial em relação ao valor da produção agrícola.
 - Valor da produção industrial do município em relação ao valor da produção industrial da Área Metropolitana.
 - Valor da produção industrial em relação ao pessoal ocupado na atividade industrial.

- V. a_2 {
 - População economicamente ativa em relação à população total.
 - População economicamente ativa não engajada no setor primário em relação à população economicamente ativa.

- V. a_3 {
 - População ocupada no setor secundário em relação à população economicamente ativa.
 - População ocupada no setor de comércio de mercadorias em relação à população economicamente ativa.
 - População ocupada na prestação de serviços, transportes, comunicação e armazenagem, atividades sociais, administração pública e outras atividades em relação à população economicamente ativa.

- V.a₄ { — Renda *per capita*
- V.a₅ { — População com curso superior completo em relação à população de 25 anos e mais.
— População com curso secundário completo em relação à população de 20 anos e mais.
- V.a₆ { — Médicos por 1.000 habitantes.
— Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água pela rede geral.
- V.a₇ { — Taxa de fecundidade.
- V.a₈ { — Automóveis por 1.000 habitantes.
— Telefones por 1.000 habitantes.
- V.a₉ { — Consumo *per capita* de energia elétrica.
- V.a₁₀ { — Instituições de difusão por 1.000 habitantes.

1.2.3 — Comparação a nível intermetropolitano dos indicadores considerados para o cálculo do Índice Global Potencial, tendo em vista que há necessidade de que os conjuntos metropolitanos sejam estatisticamente comparáveis

Isto será operacionalizado através do teste de significância de *Wald-Wolfowitz*, considerado não paramétrico e que objetiva assegurar-se que duas amostras de fato diferem de alguma forma.

O teste requer que a variável considerada seja mensurada pelo menos com uma escala ordinal e que tenha, implicada, uma distribuição contínua.

A hipótese nula baseia-se na premissa de que dadas duas amostras independentes, elas pertençam a mesma população, enquanto a hipótese alternativa considera que elas diferem em alguma propriedade.

O teste será aplicado para cada indicador, em relação às Áreas Metropolitanas, da seguinte maneira.

São Paulo × Rio de Janeiro
São Paulo × Belo Horizonte
Rio de Janeiro × Belo Horizonte

Quanto ao lançamento das hipóteses nula e alternativa, tomarão a forma traçada a seguir, utilizando-se como exemplo a primeira variável proposta: atividade industrial.

$$(1) \begin{cases} H_0: \bar{a}_{SP} = \bar{a}_{RJ} \\ H_1: \bar{a}_{SP} \neq \bar{a}_{RJ} \end{cases}$$

$$(2) \begin{cases} H_0: \bar{a}_{SP} = \bar{a}_{BH} \\ H_1: \bar{a}_{SP} \neq \bar{a}_{BH} \end{cases}$$

$$(3) \begin{cases} H_0: \bar{a}_{RJ} = \bar{a}_{BH} \\ H_1: \bar{a}_{RJ} \neq \bar{a}_{BH} \end{cases}$$

1.2.4 — Caracterização dos centros urbanos metropolitanos em relação ao seu potencial de desenvolvimento considerado decorrência de suas condições socio-econômicas atuais

Esta análise relativa à importância das células metropolitanas será desenvolvida nos níveis espaciais anteriormente explicitados, isto é, intra e intermetropolitano.

Para o cálculo destes valores propõe-se a utilização do ÍNDICE GLOBAL POTENCIAL estimado pelo modelo MODE³⁰ fundamentado no conceito de potencial em um ponto.

$$U_i = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n \frac{P_i}{d_{ij}}$$

Onde: P_i é uma função das variáveis A_i, B_i, \dots, N_i associado aos pontos $i = 1, 2, \dots, n$, cada ponto representando uma área S_i , e d_{ij} é a "distância" entre um ponto i e um ponto j .

O modelo baseia-se no conceito de interrelações entre pontos em função das diferenças de potenciais nestes pontos.

Para evitar a análise dimensional, torna-se necessário transformar os dados iniciais em valores adimensionais para cada conjunto metropolitano. Exemplo para o caso de uma variável K .

$$\% K_i = \frac{K_i}{\sum_{i=1}^n K_i} \quad i = 1, 2, \dots, n$$

Area Metropolitana de São Paulo

Indicador: Valor da produção industrial.

Município \ Indicador	(di) Valor Prod. Ind.	Dado adimensional (di/ \sum di)
Σ	Σ di	

O cálculo do referido índice pressupõe o estabelecimento de dois tipos de medidas representativas de P_i e de d_{ij} . Assim, para P_i , teríamos o valor de uma função (A) que expressasse a integração dos vários indicadores mensurados em cada ponto S (no caso, o município) donde:

$$A = f(a.b.c.\dots, n)K, \text{ sendo } K = 1$$

Exemplo: Cálculo dos valores da função (A) para os municípios da Area Metropolitana de São Paulo.

30 LINDGREN, C. Ernesto da S. — Análise de dados em planejamento Urbano e Regional. Publicação didática COPPE/UFRJ. jan. 1973, n.º 273, pág. 163—170.

Município	Variável	a	b	c	... n	A = a.b.c.....n
	1					
2						
3						
.						
.						
n						
Σ						

Para d_{ij} , considerada não como distância física mas como “distância socioeconômica” entre dois pontos, teríamos:

$$d_{ij} = \sqrt{\Delta_a^2 + \Delta_b^2 + \Delta_c^2 + \dots \Delta_n^2}$$

O modelo MODE fornecerá também uma estimativa do número de migrantes que cada município teria condições de atrair segundo sua potencialidade socioeconômica expressa pelo “índice global potencial”.

1.3 — Nível de integração Metropolitana

Paralelo a análise do nível de urbanização e de desenvolvimento das Áreas Metropolitanas torna-se imprescindível a consideração do nível de integração das células que a compõem, tendo em vista que um conjunto metropolitano apresenta fases distintas de metropolização.

Assim, propõe-se medir esta integração, através da análise dos deslocamentos diários de população urbana para trabalho e estudo, operacionalizado através do indicador “Porcentagem da população residente que trabalha e/ou estuda fora da cidade onde reside em relação à população urbana”.

1.4 — Correlação entre volume de migrantes e condições socioeconômicas das áreas de destino

Esta correlação será feita através de uma regressão múltipla que utilizará como variável dependente “o número total de migrantes por município de destino” e como variáveis independentes “o índice de urbanização” e “o índice de desenvolvimento” do município.

2 — Análise específica dos diferenciais

A análise dos diferenciais objetiva, em linhas gerais, diagnosticar a situação apresentada pelos migrantes na área de destino através da comparação de algumas de suas características de caráter demográfico, econômico e social com as referentes à população nativa. No entanto, é preciso ter presente que esta análise requer o prévio conhecimento do contexto socioeconômico do qual os diferenciais se processam, uma vez

que eles se comportam diferencialmente em razão das condições estruturais da área de destino.

O conhecimento de fatores como o nível de desenvolvimento, de urbanização, além das peculiaridades que acompanham o próprio crescimento das áreas metropolitanas, se constituem em elementos decisivos para a interpretação destes diferenciais. Neste sentido, a caracterização das três áreas metropolitanas do Sudeste em função do seu nível de desenvolvimento, objeto da dimensão geral, visa ao estabelecimento da base contextual de análise requerida para a compreensão da situação do migrante.

A partir desta caracterização deverá ser efetuada a análise propriamente dita dos diferenciais tanto a nível intrametropolitano (núcleo e periferia) quanto a nível intermetropolitano, buscando responder as seguintes questões básicas:

— até que ponto se pode aceitar a existência de diferenciais entre estas duas categorias MIGRANTE e NATIVO?

— a partir da constatação da ocorrência destes diferenciais, qual será a sua magnitude?

— em quais das características a serem analisadas os diferenciais se apresentam de modo mais acentuado?

— em que áreas do contexto socioeconômico de análise os diferenciais se situam de modo mais acentuado?

2.1 — Métodos de análise

Para tanto podem ser utilizados diversos métodos de análise que, no entanto, tem em comum a necessidade de ter “a distribuição dos migrantes e dos nativos na área de destino segundo a característica particular que se considere”.³¹ No caso da presente pesquisa foram selecionados como técnicas de análise o *Índice de Otis D. Duncan* e o *Índice de Shevky — William — Bell*. Quanto ao segundo índice, contudo, sua utilização só será possível na medida em que se tenha os dados desagregados a nível de município, sendo, por sua vez, empregado apenas em relação à população migrante.

2.1.1 — Índice de Otis D. Duncan:

Pode ser caracterizado como um índice que visa mencionar a existência de dissimilaridade entre duas populações. Neste sentido é uma medida do quanto duas distribuições não se sobrepõem, isto é, do quanto são dissimilares. *É definido como a metade da soma dos valores absolutos das diferenças entre as distribuições percentuais das duas populações*,³² ou seja:

$$I. D = \frac{\sum_{i=1}^n | \% M_i - \% N_i |}{200}$$

Donde: $\% M_i$ = participação da população migrante

$\% N_i$ = participação da população nativa.

31 Naciones Unidas — Métodos de medición de la migración interna — Manual VI, ST/SOA/série A/47.

32 LINDGREN, op. cit.

A vantagem de utilização deste índice prende-se à relativa facilidade de interpretação das variáveis analisadas, já que, como se refere apenas a valores absolutos, sua variação situa-se entre 0 e 1.0, ou mais explicitamente:

$$0 \leq \text{I.D.} \leq 1$$

Portanto se os valores obtidos se aproximarem de Zero verifica-se que as duas populações se assemelham, caso contrário, à medida em que os valores se aproximam de 1 a dissimilaridade é constatada.

2.1.1.1 — *Pré-requisitos para o cálculo dos diferenciais segundo o Índice de Duncan*

Para o cálculo dos diferenciais entre migrantes e nativos torna-se necessário:

— desagregação da população migrante segundo as variáveis intervenientes: sexo, distribuição etária, tempo de permanência na área de destino;

— desagregação da população nativa segundo as variáveis intervenientes: sexo, distribuição etária;

— desagregação da unidade observacional socioespacial segundo: núcleo, periferia, área metropolitana como um todo.

2.1.1.2 — *Variáveis a serem utilizadas na análise segundo sua desagregação:*

O Índice de Duncan deverá ser calculado para a população migrante e nativa segundo as seguintes variáveis previamente selecionadas.

Sexo: (masculino, feminino).

Distribuição Etária: 0-4, 5-9, 10-14, 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-49, 50-59, 60 e mais

Estado Conjugal: 1.º grupo (casados, conviventes, amasiados etc...), 2.º grupo (desquitados, separados, viúvos etc...), 3.º grupo (solteiros).

Composição Familiar: chefes de família, cônjuges, filhos e enteados, pais e sogros, outros parentes, agregados, pensionistas, empregados sem declaração, número médio de componentes.

Fecundidade: número de mulheres, número de mulheres que tiveram filhos, números de filhos tidos no ano anterior, número de filhos tidos no ano anterior dividido pelo número de mulheres, número de filhos vivos na data do censo, fecundidade acumulada, fecundidade acumulada dividida pelo número de mulheres, número de filhos vivos na data do censo dividido por fecundidade acumulada.

Nível de Escolaridade: frequência escolar (freqüentam escola, não freqüentam escola), escolaridade (sem instrução, Primário incompleto, Primário completo, Secundário, Superior).

*Ocupação:*³³ *posição na ocupação:* empregados, autônomos, empregadores, não remunerados.

³³ As categorias ocupacionais delimitadas a partir do trabalho de Nelson do Vale e Silva — Centro de Informática/IBGE, estão relacionados em anexo.

renda: 1.^a alternativa (sem rendimentos, 1-100, 101-200, 201-300, 301-500, 501-1.000, 1.001-1.500, 1.501-2.000, 2.001 e mais), *2.^a alternativa* (sem rendimentos, 1-100, 101-200, 201-500, 501-1.000, 1.001 e mais).

condições de atividade/situação de emprego: população economicamente ativa; ocupados, desempregados, procurando trabalho pela primeira vez, população não economicamente ativa; afazeres domésticos, estudantes, outros.

número de horas trabalhadas: 0-14, 15-39, 40 e mais.

2.1.2 — Índice de Shewky — Williams — Bell

A utilização deste Índice está referida na necessidade de se analisar de modo mais detalhado a população migrante segundo as suas características de renda e de ocupação em relação a sua localização no contexto socioeconômico diversificado das áreas metropolitanas, consideradas, para este efeito, a nível de município.

É definido como uma medida que “mostra quanto a concentração de uma dada característica C_i é maior do que a sua representação proporcional numa dada área”.³⁴ É expresso pela relação entre a proporção da característica C_i (no caso renda ou ocupação) em uma subárea (municípios da área metropolitana) e a proporção da categoria (níveis de renda ou categorias ocupacionais) na área total (área metropolitana como um todo) ou seja:

$$ISWB = \frac{M_i \text{ subárea}}{P_{c_i} \text{ total na subárea}} \div \frac{M_i \text{ área total}}{P_{c_i} \text{ total na área total}}$$

donde:

m_i = migrante na categoria i num dado município da área metropolitana

P_{c_i} = população migrante e nativa segundo a característica i num dado município da área metropolitana

M_i = total de migrante na categoria i na área metropolitana como um todo

P_c = população migrante e nativa na característica i na área metropolitana como um todo.

2.1.2.1 — Pré-requisitos para o Cálculo do Índice de Shewky-Williams-Bell

Para a análise da população migrante torna-se necessário:

— desagregação da população migrante segundo as variáveis intervinientes: sexo, distribuição etária, tempo de permanência na área de destino;

— desagregação da unidade observacional socioespacial segundo cada município que constitui a área metropolitana.

³⁴ Wendell Bell — “Social Areas. Typology of Urban Neighborhoods”. *Community Structure and Analysis*, Marvin Sussman (ed.) 1959.

2.1.2.2 — Variáveis a serem utilizadas na análise segundo sua desagregação:

Renda: sem rendimentos, 1-100, 101-200, 201-300, 301-500, 501-1.000, 1.001-1.500, 1.501-2.000, 2.001 e mais.

Ocupação:³⁵

2.1.3 — Método dos Casos Esperados³⁶

A utilização deste número não se relaciona à análise dos diferenciais, pois tem como fim específico testar a hipótese tradicionalmente aceita de que a população migrante está mais na Força do Trabalho do que a população nativa (hipótese 12).

Neste sentido pretende-se mensurar a participação dos migrantes na *FT* das Áreas Metropolitanas do Sudeste, a partir do estabelecimento da *FT migrante observada* e da *FT migrante esperada*, visando com isto a sua comparação posterior. Este procedimento fornecerá elementos para se aceitar ou não a hipótese referida acima.

A *FT migrante observada* é obtida através da informação referente à participação do migrante na área metropolitana em questão, enquanto que para a *participação esperada* torna-se necessário a utilização da seguinte fórmula:

$$\text{FT migrante esperada} = \frac{\text{PEA. p/sexo e faixa etária}}{\text{PEA total da área}} \times \begin{matrix} \text{N.º de migrantes} \\ \text{por sexo e faixa} \\ \text{etária.} \end{matrix}$$

IV — CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretende fornecer subsídios ao estabelecimento de uma Política Migratória a nível nacional. Neste sentido a preocupação básica que motivou este trabalho referiu-se à necessidade de se considerar o fenômeno das migrações internas como estritamente relacionado ao processo global de desenvolvimento levado a efeito na sociedade brasileira.

Por outro lado, objetivou-se colocar em relevo as principais limitações contidas nos dados secundários a serem utilizados e que funcionam no sentido de impossibilitar uma análise adequada do fenômeno em termos de processo, essencial quando se tem em mente a compreensão das migrações internas.

Em vista disto, a metodologia proposta apresentou insuficiências quanto ao tratamento do tema da pesquisa, restringindo, desta forma, o seu escopo a uma visão menos dinâmica do referido tema em estudo. No entanto, a presente proposição constitui-se numa contribuição, ainda que inicial, à análise de um dos aspectos relacionados à problemática migratória, ou seja, à análise de diferenciais entre migrantes e nativos em áreas metropolitanas, sendo, contudo, passível de futura complementação e aprofundamento.

³⁵ ver relação em anexo

³⁶ MILLER, R. ANN — Migration Differentials in labor force participation — United States 1960. *Demography*, number 1, volume 3, 1966.

BIBLIOGRAFIA

- BALAN, Jorge — “Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa”. *Estudos CEBRAP* n.º 5, julho-agosto-setembro, 1973.
- — “Urbanización, Migraciones Internas y Desarrollo Regional: notas para una discusión”. *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, vol. II, CEDEPLAR, 1973.
- BERLINCK, T. Manoel e Daniel J. Hogan — “Migração Interna e Adaptação na Cidade de São Paulo: uma análise preliminar”. *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, CEDEPLAR UFMG, vol. 1, 1973.
- BRANDÃO, Lopes Juarez — “Aspects of the adjustment of rural migrants to Urban Industrial conditions in São Paulo”. *Urbanization in Latin American*, Philip Hauser (ed), New York, 1961.
- CARDONA, E. Ramiro — “Migración, Urbanización y Marginalidad”, Seminario Nacional sobre urbanización y marginalidad, Sogamoso (Colômbia) 1958.
- CARDOSO, S. Celso, *et alii* — Contribuição ao Estudo de Migrações Internas no Brasil: Influência do Nível de Desenvolvimento Econômico sobre alguns diferenciais nas Áreas Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, FIBGE, 1974.
- CARDOSO, F. Henrique e José Luís Rena — “Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina”. *Revista Dados*, n.º 213, 1967.
- CARVALHO, F. Carlos Maurício — Um estudo de Regionalização do Estado de Minas Gerais por meio de um modelo de Potencial, CEDEPLAR, Monografia n.º 3, Belo Horizonte, 1971.
- CASTELLS, M. — Problemas de Investigación en Sociología Urbana, Siglo XXI, España, 1971.
- CASTRO, G. Mary *et alii* — Mudanças na Composição do Emprego e Distribuição da Renda: Efeitos das Migrações Internas, SERFHAU — BNH — OIT.
- CEPAL/ILPES — Algúns problemas regionales del desarrollo de América Latina vinculados con la metropolización. Santiago, septiembre de 1971.
- DEGEO/IBG — GRUPO DE TRABALHO — “Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas”. *Revista Brasileira de Geografia* — Rio de Janeiro, 31 (4): out./dez., 1969.
- DIEGUES, J. Manuel — “Correntes de Migração”. *Conjuntura Econômica*, 9 (12), Rio de Janeiro, 1955.
- — “Causas e Problemas do Caso Brasileiro”. *Aportes* n.º 15, Paris, Janeiro 1970.
- DUCOFF, J. Louis — “El papel de la migración en el desarrollo demográfico de América Latina”. *Estadística*, Washington, DC, 23 (86), mar., 1965.

- ELIZAGA, C. Juan — "Internal migration on overview". *International Migration Review*, Staten Island, New York, 6 (2), summer 1972.
- ESPADA, Rodrigues Ethel — "La incorporación de los migrantes a la estructura económica y social de la ciudad de Bogotá". *Las Migraciones Internas*, Ramiro J. Cardona (ed), Asociacione Colombiana de Faculdades de Medicina, Division de Estudios de Poblacion.
- FAISSOL, Speridião — "Migração Interna e Subsistema no processo de desenvolvimento". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 33, n.º 3, julho/setembro, 1971.
- — Migrações Internas no Brasil e suas repercussões no crescimento urbano e desenvolvimento econômico, SUPED-FIBGE, 1973.
- FISHIOWITZ, Estaneslaw — "The Interior Migration in Brazil". *Migration News*. Geneve 13 (4) 1, 7, jul./aug, 1964.
- FRIEDMANN, John — A general theory of polarized development. University of California. School of Architecture an Urban Planning. Revised, oct. 1969 (mimeo.).
- FRIEDMANN, I. E., McGLYNN, B. Stuckey e CHUNG, Tony Wu — Urbanization and National Development: A comparative Analysis, School of Architecture and Urban Planning, University of California, Los Angeles, 1970 (mimeo.).
- GEISSE, Guilherme y José Luis CORAGGIO — "Áreas Metropolitanas y Desarrollo Nacional". *EURE*, vol. 1 (1), Santiago de Chile, 1970.
- GERMANI, Gino — "Migration and acculturation" — *Handbook for Social Research in Urban Areas*, Philip Wauser (ed), UNESCO, 1964.
- GRABOIS, P. Gisélia — Considerações sobre o processo de inserção do migrante à sociedade Urbano-Industrial. Um estudo de caso na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, SERFHAU-BNH-OIT, 1974.
- GUEDES, João Bosco — "Social Factors Associated with adjustment of rural migrants in Central Brazil", Thesis, University of Wisconsin, 1967, (mimeo.).
- HAUSER, P. H. — Urbanization in Latin America, New York International Documents Service, 1961.
- HUTCHINSON, Bertran — "The migrant population of Urban Brazil". *America Latina*, Rio de Janeiro, ano 6 (2), abr./ jun., 1963.
- IPGH — SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 1, Buenos Aires, 1966. Simpósio... Rio de Janeiro. Instituto Panamericano de Geografia e História, Comissão de Geografia, 1968 (publicação IPGH, n.º 274).
- JORDÃO, Netto Antônio — Migrações. São Paulo, Departamento de Imigração e Colonização, 1967.
- Las Migraciones Internas — Ramiro G. Cardona (ed) Association Colombiana de Faculdades de Medicina, Division de Estudos de Población.

- LEE, Everett — A theory of migration. *Demography*, vol. 3 n.º 1, 1966.
- LINDGREN, C. Ernesto S. — Análise de dados em Planejamento Urbano e Regional. Publicação didática COPPE/UFRJ n.º 273, janeiro 1973.
- MARTINE, George — "Migration natural increase and city growth, the case of Rio de Janeiro". *International Migration Review*, Staten Island, New York 6 (2), 1972.
- MATA, Milton da *et alii* — Migrações Internas no Brasil — Aspectos econômicos demográficos, IPEA-INPES, Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa n.º 19, 1973.
- Migração Interna e Desenvolvimento Regional, vol. 1, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG-CEDEPLAR, 1973.
- Migrações Internas no Brasil — Manuel Augusto Costa (ed) INPES-MINIPLAM, Monografia n.º 5, Rio de Janeiro, 1971.
- MILLER, R. Ann — Migration differentials in labor force participation — USA — 1960. *Demography*, vol. 3 n.º 1, 1966.
- MUNOZ, Humberto *et alii* — "Migracion y desarrollo: consideraciones teoricas", B. Aires, Clasco, *Grupo de Trabajo sobre Migraciones Internas*. (Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales), 1972.
- NACIONES UNIDAS — Métodos de Medición de la migracion interna, Manual VI, ST-SOA-série A/47.
- OLIVEIRA, C. A. Azevedo — A área metropolitana e seu significado, Porto Alegre, UFRGS, Departamento de Geociências, 1970 (datilografado).
- PASTORE, José — Satisfaction among migrants to Brasilia — Brasil. A Sociological Interpretation Thesis, Wisconsin University, 1968.
- SANDOVAL, Rodrigues P. — "Marginalidad y subdesarrollo" (um modelo teórico para aplicacion empírica). *Las migraciones Internas*, Ramiro G. Cardona (ed). Asociacion Colombiana de Faculdades de Medicina, Division de Estudos de Poblacion.
- S. M. LIPSET e R. Bendix — Social Mobility in Industrial Society, Berkeley, Calif. University of California Press, 1959.
- SINGER, Paul — "Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo". *Economia Política de Urbanização*, CEBRAP, Ed. Brasileira, 1973.
- TESTA, Junior, Júlio Cesar — "Las migraciones internas en el contexto del desarrollo social latino americano". *Aportes*, n.º 15, Paris, jan., 1970.
- TOMAS, Robert N. and John C. Catau — Distance and the incidence of step-wise migration in Guatemala, *Proceedings of AAG*, 1974.
- WENDELL, Bel — "Social Areas: Typology of Urban Neighborhoods". Community Structure and Analysis, Marvin Sussman (ed), 1959.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DAS UNIDADES OBSERVACIONAIS ESPACIAIS SEGUNDO NÚCLEO E PERIFERIA

1. ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

1a — *Núcleo*: São Paulo

1b — *Periferia*: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Susano, Taboão da Serra.

2. ÁREA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

2a — *Núcleo*: Rio de Janeiro

2b — *Periferia*: Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João de Meriti.

3. ÁREA METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

3a — *Núcleo*: Belo Horizonte

3b — *Periferia*: Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO DAS TABULAÇÕES ESPECIAIS SOLICITADAS AO IBI/IBGE

N.º da Tabela	Tipologia da Tabela
1	População residente por município de procedência, <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo <i>quadro de procedência</i> , sexo e idade.
2	População residente de 5 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade e <i>frequência escolar</i> .
3	População residente de 5 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade e <i>escolaridade</i> .
4	Mulheres residentes, de 15 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo idade e <i>fecundidade</i> .
5	População residente economicamente ativa de 10 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade, <i>rendimento mensal e posição na ocupação</i> .
6	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade e <i>ocupação</i> .
7	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, <i>escolaridade e ocupação</i> .
8	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade, <i>ocupação e posição na ocupação</i> .
9	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade, <i>rendimentos mensais e número de horas trabalhadas</i> .
10	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais, por <i>município de procedência</i> , <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade e <i>rendimentos mensais</i> .
11	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais, por <i>município de procedência</i> , por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade e <i>ocupação</i> .
12	População residente de 10 anos e mais, por <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo sexo, idade, <i>condição de atividade e situação de emprego</i> .
13	Famílias residentes em domicílios particulares, por <i>município de procedência</i> , <i>status</i> migratório e tempo de residência no município, segundo idade do chefe de família e <i>composição familiar</i> .
14	Famílias residentes em domicílios particulares, por <i>município de procedência</i> , por <i>status</i> migratório e tempo de residência do chefe de família no município, segundo idade do chefe de família e <i>renda familiar</i> .
15	Naturais residentes e migrantes com menos de dois anos de residência por município de procedência, segundo sexo, idade e estado conjugal (pessoas de 15 anos e mais de idade).
16	População residente por estado de nascimento e tempo de residência no município, segundo quadro de procedência, sexo e idade.
17	População residente economicamente ativa, de 10 anos e mais por estado de nascimento e tempo de residência no município, segundo sexo, idade e ocupação.
18	População residente economicamente ativa por <i>status</i> migratório e tempo de residência, segundo sexo, idade, ocupação e renda.

ANEXO III

CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE OCUPAÇÃO, CONSIDERANDO DOCUMENTO ELABORADO POR NELSON DO VALLE SILVA, CENTRO DE INFORMÁTICA/IBGE

Grupos e Ocupações	Código	IS	N.º de Pessoas
<i>GRUPO I</i>			
1.1 — <i>adm. e proprietários</i>			
industriais	014	41,83	96.342
adm. bancos e comp. seguros	022	42,22	46.106
Total			142.448
1.2 — <i>profissionais e técnicos</i>			
inspetores de trabalho	032	40,31	3.795
engenheiros	101	84,57	43.294
arquitetos	102	77,97	4.752
químicos	111	58,17	4.442
farmacêuticos	112	44,51	3.906
geólogos	114	63,00	962
agrônomos	121	52,52	6.802
veterinários	122	50,26	2.726
médicos	130	85,98	44.354
dentistas	131	47,41	32.286
economistas	143	62,21	9.320
contadores	144	45,41	15.807
sociólogos	145	42,17	455
professores superiores	153	63,99	17.593
magistrados	161	88,75	3.604
procuradores	162	76,53	4.677
advogados e defensores	163	75,63	37.173
escritores e jornalistas	181	40,06	10.082
aviadores civis	711	48,18	2.995
delegados e comm.	843	42,48	5.247
Total			254.272
TOTAL GRUPO I			396.720
<i>GRUPO II</i>			
2.1 — <i>proprietários</i>			
pecuaristas	012	26,49	67.863
avicultores e criadores	013	38,57	3.081
outros proprietários	017	35,07	49.588
Total			120.532
2.2 — <i>administração</i>			
adm. serviço público	021	34,27	79.685
outros administradores	024	32,33	220.620
Total			300.305
2.3 — <i>profissionais e técnicos</i>			
agentes fiscais	031	32,54	29.999
oficiais e técnicos adm.	033	27,59	26.509
coletores e exatores	034	25,68	10.875
técnicos contabilidade	036	27,50	116.803
taquígrafos	039	28,43	1.361
redatores	040	34,66	1.056
intérpretes e tradutores	041	33,22	1.330
programadores	043	35,33	5.769
meteorologistas	116	26,18	405

Grupos e Ocupações	Código	IS	N.º de Pessoas
naturalistas	123	38,18	852
enfermeiros diplomados	133	38,56	5.393
estatísticos	142	37,03	2.097
professores secundários	152	32,15	97.863
inspetores de ensino	155	26,82	6.822
tabeliães e oficiais de reg.	164	29,56	6.757
religiosos	171	24,87	28.048
assistentes sociais	172	33,07	7.665
oficiais marinha mercante	721	29,62	2.135
representantes comerciais	622	20,94	109.945
propagandistas	623	27,80	9.902
corretores	631	30,92	7.364
corretores títulos valores	633	31,87	10.319
corretores imóveis	632	24,94	31.694
Total			587.243
TOTAL GRUPO II			1.008.080
<i>GRUPO III</i>			
3.1 — <i>técnicos e adm. setor primário</i>			
agrimensores	103	18,61	18.299
técnicos agrícolas, etc.	211	17,99	4.175
trabalhad. extração de petróleo	311	18,57	3.416
adm. na agropecuária	023	9,77	38.476
Total			64.366
3.2 — <i>proprietários, nível médio</i>			
comerciantes	015	16,95	810.209
hoteleiros e donos de pensão	016	17,87	23.345
agricultores	011	17,97	124.813
Total			958.367
3.3 — <i>técnicos e auxiliares</i>			
caixas e tesoureiros	035	16,80	87.435
bibliotecários e doc.	042	22,97	5.435
operadores	044	18,75	11.780
desenhistas	104	22,51	35.813
fisioterapeutas	135	17,81	3.062
protéticos	136	16,17	7.213
operadores raio X	137	18,61	4.054
práticos de farmácia	138	15,00	7.743
laboratoristas	139	11,35	38.357
escrivães e auxiliares	165	22,09	29.930
agentes sociais	173	20,33	1.829
escultores e pintores	191	18,58	4.534
músicos	192	12,62	12.858
artistas cinema, teatro, etc.	193	18,50	9.833
locutores	194	15,92	5.868
decoradores e cenógrafos	195	20,45	4.679
cinografistas e operadores	196	15,14	1.628
fotógrafos	197	12,60	24.896
outros técnicos cinema, etc.	198	12,68	3.381
pracistas e viajantes	621	20,94	109.945
outros agentes e corretores	634	23,13	5.841
compradores	635	23,22	7.367
linotipistas	551	17,23	3.856
clicheristas e gravadores	553	13,05	2.200
revisores, ind. gráfica	555	18,05	1.584
aeromoças	712	22,81	1.178
maquinistas de embarcação	723	15,08	2.810
agentes estrada de ferro	741	14,42	9.793
condutores e chefes trem	742	13,58	4.509
inspetores desp. transportes	761	13,60	9.749

Grupos e Ocupações	Código	IS	N.º de Pessoas
agentes postais e telégrafistas	771	15,26	5.598
postalistas	772	19,32	9.263
telegrafistas e radiotelegraf.	773	17,91	20.865
vendedores de selos	776	15,24	1.095
técnicos esporte	834	24,72	566
investigadores de polícia	844	21,17	16.701
datiloscopistas	847	19,06	1.340
inspetores e fiscais	915	17,18	43.499
Total			558.298
3.4 — professores primários e afins			
professores primários	151	13,81	564.600
professores sem especialização	154	21,87	37.447
inspetores de alunos	156	13,11	14.059
Total			616.106
3.5 — ocupações de escritório			
almoxarifes	037	12,79	48.316
datilógrafos	038	12,83	59.116
auxiliares de escritório	045	13,93	982.364
Total			1.089.796
3.6 — mestres e contramestres			
mestres de obras	511	16,44	40.449
mestres, contramestres e técnicos industriais	571	16,98	50.193
Total			90.642
TOTAL GRUPO III			3.957.575

GRUPO IV

4.1 — ocupações da indústria mecânica e metalurgia			
modeladores e formistas metais	411	9,95	8.186
fundidores de metais	412	8,64	19.197
laminadores e trefiladores	413	8,96	7.810
afiadores e amoladores	414	10,10	2.678
estampadores e mecânicos	421	8,65	3.045
fresadores e furadores	422	11,58	5.455
torneiros mecânicos	423	10,82	78.799
mecânicos mot. a explosão	424	9,44	221.413
mecânico sem especificação	425	11,15	232.767
galvanizadores e niqueladores	426	9,09	5.314
soldadores	427	9,10	62.416
caldeiros	428	9,85	9.709
ferreiros e serralheiros	429	8,11	66.196
lanterneiros	430	9,67	17.836
rebitadores de metais	431	10,30	1.814
funileiros de metais	432	9,71	22.744
ferradores	433	7,54	592
Total			793.371
4.2 — outras ocupações qualificadas ou semiqualificadas do setor industrial			
tipógrafos	552	11,25	39.200
impressores	554	10,62	11.038
outras ocup. ind. gráfica	557	10,30	3.355
ourives e relojoeiros	572	10,58	15.370
lapidadores	573	8,88	3.120
marmoristas	578	8,43	6.467
polidores e esmerilhadores	580	8,55	19.492
pintores a pistola	581	8,97	31.488
operários reparo naval	582	9,74	1.192
artífices sem especificação	583	10,63	6.311

Grupos e Ocupações	Código	IS	N.º de Pessoas
outras ocup. ind. transformação	586	9,56	38.977
tapeceiros	448	9,17	9.609
estampadores têxteis	451	8,05	6.062
eletricistas	491	11,43	157.687
radiotécnicos	492	12,99	31.062
vidreiros e ampoleiros	561	7,94	7.702
encadernadores e cartonadores	556	7,84	10.484
Total			398.616
4.3 — <i>ocup. do transporte e comunicações</i>			
mestre de embarcação	722	10,27	5.866
foguistas de embarcação	724	11,94	2.898
marinheiros civis	725	9,45	9.145
taifeiros	726	10,45	3.772
guindasteiros	731	11,35	4.845
estivadores	732	8,77	26.435
maquinistas	743	11,84	15.879
foguistas de trem	744	10,46	2.807
guarda-freios	745	10,14	3.372
manobreiros e sinaleiros	746	10,20	9.728
motoristas	751	10,83	759.498
telefonistas	774	10,03	33.562
carteiros	775	10,90	16.963
guarda-fios	777	11,59	4.618
trabalhadores conserv. ferrovias	763	7,78	23.611
Total			922.499
4.4 — <i>trabalhadores na indústria de construção</i>			
armadores de concreto	512	7,83	17.732
pedreiros	513	6,94	590.616
pintores e caiadores	515	7,78	131.682
estucadores	516	8,37	5.662
ladrilheiros e taqueiros	517	8,94	11.142
encanadores	518	8,87	70.748
vidraceiros	519	8,27	4.295
calceteiros e asphaltadores	520	6,48	9.521
calafates	521	8,38	5.560
operadores de maq. constr. civil	522	8,65	17.742
Total			864.700
4.5 — <i>trab. na indústria de madeira e móveis</i>			
marceneiros	481	8,44	140.085
carpinteiros	482	7,39	260.318
tanoeiros	483	8,56	559
estofadores e capoteiros	485	8,65	16.495
lustradores de madeira	487	7,41	14.867
colchoeiros	486	6,18	3.336
Total			435.660
4.6 — <i>outras ocupações qualificadas e semiqualiífic. não-industr.</i>			
parteiras	132	9,90	4.473
enfermeiros não diplomados	134	11,01	133.716
barbeiros e cabeleiros	821	9,00	114.574
guardas civis e insp. trânsito	845	10,42	66.716
carcereiros e guardas presidio	846	12,08	4.169
ascensoristas	911	8,79	10.284
capatazes	913	10,75	20.419
guardas sanitários	914	9,76	15.090
operadores cinematog.	919	8,77	2.096
Total			468.464
TOTAL GRUPO IV			3.883.310

Grupos e Ocupações	Código	IS	N.º de Pessoas
GRUPO V			
5.1 — trabalhadores indústria têxtil, do couro e do vestuário			
cortadores e penteadores	441	6,41	3.332
maçaroqueiros, etc.	442	5,83	15.180
fiandeiros	443	5,83	37.851
urdidores e remetedores	445	6,78	5.216
cordoeiros	446	4,40	1.715
tecelões	447	6,65	114.873
alvejadores e tintureiros	450	7,73	5.846
acabadores de pano	452	6,49	9.503
alfaiates e costureiros	471	7,19	393.899
chapeleiros, excl. de palha	474	6,19	1.104
sapateiros	475	6,69	130.437
bolseiros e cinteiros	476	6,11	3.226
correiros e seleiros	461	6,18	8.167
curtidores	462	6,37	9.180
Total			739.529
5.2 — trabalhadores indústria de alimentação			
linguiceiros e salsicheiros	531	7,28	1.857
charqueadores	532	6,13	1.587
magarefes	533	5,98	18.910
manteigueiros e queijeiros	534	6,10	3.373
doceiros e confeitores	535	7,32	15.988
macarroneiros e pasteiros	536	6,57	1.880
padeiros	537	6,36	74.866
farinheiros e moleiros	538	5,24	9.594
ocupações das usinas e engenhos	539	5,80	13.674
ocupações das destilarias	540	6,75	5.276
ocupações de moagem e torrefação de café	541	6,55	2.506
ocupações da indústria pescado	542	5,16	2.632
açougueiros	611	6,50	32.039
Total			184.182
5.3 — trabalhadores não qualificados na indústria ou artesanato			
rendeiros	444	2,49	5.360
redeiros	449	2,88	5.608
bordadeiros e cerzideiros	472	4,41	25.368
chapeleiros de palha	473	1,81	31.308
oleiros	564	4,50	90.707
fogueteiros	575	4,61	2.338
cesteiros e esteireiros	576	3,17	5.996
vassoureiros	577	4,90	1.719
charuteiros e cigarreiros	579	4,77	10.020
aprendizes	912	3,31	20.834
ceramistas e louceiros	562	5,68	21.706
pintores cerâmicos	563	5,96	2.801
vulcanizadores e recauchutadores	574	7,60	19.865
lubrificadores	917	7,61	12.504
foguistas (excl. em. e trem)	584	7,65	9.259
embaladores e expedidores	585	6,38	87.565
Total			352.958
5.4 — trabalhadores braçais diversos			
serradores	484	5,82	55.506
carroceiros e tropeiros	753	4,61	52.383
barqueiros e canoeiros	727	6,10	5.009
trab. conservação rodovias	762	5,83	33.454
livreiros	916	5,56	54.191
trabalhadores braçais sem especificação	922	5,30	365.812
Total			566.355

Grupos e Ocupações	Código	IS	N.º de Pessoas
5.5 — <i>serviço doméstico</i>			
empregados domésticos	813	3,33	1.511.324
lavadeiras e engomadeiras	823	3,68	248.551
Total			1.759.875
5.6 — <i>outros serviços</i>			
cozinheiros	811	6,32	89.827
garçons	812	7,31	82.277
manicures e pedicures	822	7,47	17.318
porteiros, vigias e serventes	921	7,13	638.059
trocadores	752	6,42	53.697
engraxates	824	3,76	5.428
Total			886.606
5.7 — <i>vendedores ambulantes</i>	612	7,39	304.951
Total			304.951
5.8 — <i>outras ocup. no comércio</i>			
balconistas e entregadores	613	7,39	737.784
vendedores jornais e revistas	614	8,84	10.823
Total			748.607
5.9 — <i>serventes de pedreiro</i>	514	4,82	447.045
Total			447.045
TOTAL GRUPO V			5.990.108
GRUPO VI			
<i>trabalhadores no setor primário</i>			
aradores	212	3,92	7.215
tratoristas	213	6,11	68.770
chacareiros, etc.	221	5,04	256.563
jardineiros	222	5,55	41.531
trabalhadores na enxada	223	0,49	10.009.007
trabalhadores de pecuária	224	5,45	690.328
caçadores	231	4,84	2.585
pescadores	232	4,20	140.758
madeiros e lenhadores	241	4,40	97.398
carvoeiros	242	4,28	23.070
seringueiros	243	4,21	78.365
ervateiros	244	4,61	1.680
apanhadores, descas. etc.	245	2,50	118.084
mineiros	311	6,48	21.938
canteiros e marroeiros	321	5,38	39.472
garimpeiros	341	4,90	36.348
TOTAL GRUPO VI			11.703.112
GRUPO VII			
<i>outros</i>			
atletas profissionais			
forças armadas			
corpo de bombeiro			
outras ocupações ou ocupações mal definidas			
sem declaração de ocupação			
procurando trabalho pela primeira vez			

SUMMARY

The present paper represents a methodological proposition to analyse the differentials among the migrants and natives of the Metropolitan Areas of Belo Horizonte, Rio de Janeiro and São Paulo. The research pretends to furnish subsidies to the treatment of the migratory problem in the Southeast, as a contribution to a systematic study of the phenomenon on a metropolitan level. In this sense the basic preoccupation lies in considering the internal migrations as strictly related to the global process for Brazilian development.

The increase of the regional, rural and urban imbalances provoked by the changes occurred in the economic structure of the country, as a result of the industrialization process or the incapability of the primary sector in absorbing its rural population, may be considered as a principal stimulus to the emergency of the migratory streams.

Regarding the migrant population, it is supposed to be quite heterogeneous in its socioeconomic characteristics, since the migrants are originated from very different social classes. This is why the assumed importance of the social level of the migrant acts as a main factor in its adjustment to the areas of destination. As the theoretical postulate refers to the place of origin of the migrant population, we believe that the migrants are represented in its majority, by persons that came from urban centers and the migratory process characteristic is that of step-migration type, being the migration to the Metropolitan Areas considered the final stage of the process.

From the point of view theoretical normative this methodology has established two dimensions of analysis: the general related to the metropolitan stress and its major significance in the differentials analysis, and the specific one, that has in mind to define the situation presented by the migrants of the area in question, through the comparison of some of their demographic, social and economic characteristics interrelated with the native population.

About the general dimension we search the characterization of the metropolitan conjunct, considered operational tables of analysis, according to the urbanization levels of development and integration, based on the volume and destination of the migratory fluxes, even when the great differentials among the migrants and the natives keeps important relations with the socioeconomic characteristics of the metropolitan areas. To calculate the urbanization level it will be necessary to use another measures like: the *ARRIAGA Index* that considers not only the proportion of the urban population but also its average dimension. To measure the development level we propose the use of a *Potential Global Index* estimated by the model *MODE*, and based on the potential concept of one point. To evaluate the integration level, an analysis was proposed of *pendulum migration* developed in each metropolitan complex.

The specific dimension aims as much at the establishment of differentials at the intra-metropolitan level (nucleus and periphery) as at the inter-metropolitan level, searching for the answer to the following basic questions:

- Till what point we can accept the existence of the differentials between the two categories: Migrant and Native?
- After proving the occurrence of these differentials what would be its magnitude?
- What are the most accentuated characteristics, to be analysed, of the differentials?
- In what area of the analysed social-economic context are the differentials accentuated?

Therefore they were selected as intervening variables the ones related to the distribution by age, sex and time of permanence in the area of destination, and it must be used as analysis techniques the *OTTIS D. DUNCAN*, and *SEWKY-WILLIAMS-BELL*, as the Method of *Indexes of Expected Cases*.

Versão de Scylla M. V. Eiras

RESUMÉ

Ce document se constitue d'une proposition méthodologique pour l'analyse des différentielles entre les migrants et les natives dans les Aires Métropolitaines de Belo Horizonte, Rio de Janeiro et São Paulo. La recherche courante veut fournir des subsides au traitement de la problématique migratoire dans le Sud-Est, ainsi que contribuer pour l'étude systématique dans le phénomène à niveau métropolitain. En ce sens la préoccupation basique a fait rapport à la nécessité de se considérer les migrations internes comme strictement rapportées au procès global de développement brésilien.

L'augmentation des déséquilibres régionaux et rural-urbains provoqués par les changements arrivés dans la structure économique du Pays, soit à cause du procès d'industrialisation, soit en relation à l'incapacité du secteur primaire en absorber sa population rurale, peut être considéré comme principal stimulation à l'émergence des courants migratoires.

Par rapport à la population migratrice on suppose qu'elle se présente d'une façon trop hétérogène en ce qui concerne à ses caractéristiques socio-économiques, une fois que les migrants s'originent de classes sociales diverses dans les aires d'origine.

Dès l'importance assumée pour la situation de classe du migrant qui fonctionne comme déterminant dans son processus d'adaptation dans les aires de destination. Par rapport aux postulés théoriques relatives à l'endroit d'origine de la population migratrice on admette qu'ils sont constitués, en sa plus grande part, d'individus provenant de centres urbains et que le processus migrateur caractéristique est celui du type "step-migration", étant la migration par les Aires Métropolitaines considérée comme étape finale du processus.

Du point de vue théorique normatif cette méthodologie établit deux dimensions d'analyse: la dimension générale par rapport à l'emphasis métropolitaine et son plus grand signifié dans l'analyse des différentiels, et, la dimension spécifique que vise à diagnostiquer la situation présentée par les migrants dans les aires en question, à travers de la comparaison de quelques de ses caractéristiques de caractère démographique, économique et social avec les rapports à la population.

Dans la dimension générale on cherche la caractérisation des conjoints métropolitains, considérés tableaux opérationnels de l'analyse, second ses niveaux d'urbanisation, développement et intégration qu'on suppose que le volume et le destin des flux migrants ainsi comme l'amplitude des différentiels entre migrants et natives gardent relations significatives avec les caractéristiques socio-économiques des aires métropolitaines. Pour le calcul de niveau d'urbanisation on va utiliser entre d'autres mesures, l'*Index d'ARRIAGA* qui considère non seulement la proportion de population urbaine mais aussi la grandeur moyenne de cette population. Pour qu'on mesure le niveau de développement on propose l'utilisation d'un *Index Global Potentiel* estimé pour le modèle MODE et fondé dans le concept potentiel dans un point. Pour l'évaluation du niveau d'intégration on suppose une analyse de la *migration pendulaire* développée en chaque complexe métropolitain.

La dimension spécifique vise l'établissement de différentiels autant à niveau intra-métropolitain (Noyau et périphérie) que le niveau inter-métropolitain cherchant répondre les suivantes questions qu'ont basiques:

- Jusqu'à quel point on peut accepter l'existence de différentiels entre ces deux catégories Migrant et Natif?
- À partir de la constatation de l'occurrence de ces différentiels, quel sera sa magnitude?
- En quels des caractéristiques qui vont être analysés les différentiels se présentent d'une façon plus accentuée?
- En quel'aire du contexte socio-économique de l'analyse les différentiels se situent d'une manière plus accentuée?

Pour cela il a eu sélectionnées comme variables intervenientes celles relatives à la *distribution* étaire, sexe et temps de permanence dans l'*aire de destination* devant, à sa fois, être utilisées comme techniques d'analyse l'*Index des OTIS D. DUNCAN*, l'*Index de SHEWKY-WILLIAMS-BELL* et le *Méthodes des Cas Attendus*.

Versão de Celia Doria